

**Tradução social, entextualização da/na/com a América Latina: alteridade,
alienação e colonialidade¹**

**Juan Alberto Castro Chacón²
Ludmila Pereira de Almeida³**

Conhecida e utilizada mais pelo sentido estilístico que pela sua orientação sociocultural, a tradução também se discute hoje como saber relacionado à complexidade da (re)produção e da (re)visão humana, em que outrem não pode, somente, ser percebido por certa alteridade observada na relação simplista emissor-receptor. Nesse caso, referimo-nos à tradução ainda utilizada como coisificação, isto é, descorporificada, associada à imediata resposta da visualização da alteridade e banalizada em um conteúdo resumido de “pura objetividade”. É mais ou menos o que aconteceu ao longo da história, entre conquistadores e conquistados, invasores e invadidos, em que, por usufruto de retóricas egocêntricas e posturas para uma eficiente tradução, produziram-se entextualizações recontextualizadas que serviram como ápice para as justificativas de conquista e invasão.

No entanto, uma das características dessa (re)visão objetiva e monocultural é a formação de olhares sugeridos, isto é, a tradução como prática cultural subalternizadora, que também forma indivíduos da classe subalternizada que reproduzem, naturalizam e legitimam a mesma prática monocultural por uma tradução sugerida. Nessa condição, este tipo de tradução conduz os sujeitos de determinada prática simbólica – preestabelecida

¹ GT08: Epistemologias do Sul na perspectiva do Paradigma da Complexidade

² Doutorando em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás. Bolsista CNPq. E-mail: castrochacon@hotmail.com.

³ Doutoranda em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás. Bolsista CNPq. E-mail: ludjornalismo@gmail.com.

como hierarquicamente inferior – para ideias sugeridas como verdadeiras e, sobretudo, objetivas.

Nessa perspectiva, Tzvetan Todorov, no seu livro *A conquista da América* (2003) faz alguns apontamentos sobre a “questão do outro”, a relação que se institucionalizou hierarquicamente no continente americano com a chegada de Colombo e dos outros conquistadores/invasores. Por esse lado histórico, Todorov percebe que a alteridade pressupõe um grau de complexidade maior que, pelo menos, haveria de problematizar três eixos para olhar, em certo grau, a relação com outrem (p. 269). Essa discussão contestaria outra postura epistêmica para a ideia de alteridade, nos ensaios feitos por Emmanuel Lévinas, quem anota que a percepção do outro estaria ligado ao *ser*, percebido na transcendência (LÉVINAS, 2010, p. 208).

Olhar o *ser* ligado à transcendência é permitir que vejamos (e reconheçamos) uma monoprática de tradução, desconsiderando e descontextualizando as múltiplas perspectivas socioculturais para visibilizar outrem, naturalizando e subalternizando a partir das hegemonias eurocentradas. No caso das leituras de Todorov seria pensar a relação com outro apagando o aspecto multissemiótico⁴ da prática da tradução sociocultural.

Considerando tais pontos de vista, fazemos referência aos estudos de Boaventura Sousa Santos em que abordamos o tema da tradução social como alter-nativa⁵ da decolonialidade dos saberes. Para ele, “uma teoria ou processo de tradução, em vez de uma teoria geral, é capaz de criar uma inteligibilidade mútua entre experiências possíveis e disponíveis” (SANTOS, 2002, p. 239). Em *Por uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências* (idem), Sousa Santos elabora uma proposta para pensarmos as razões que não se encontram na matriz das razões ocidentais, as quais, por motivo de dominação

⁴ Nas notas de Todorov aparece o vocábulo semiótico, no entanto, acrescentamos o prefixo “multi” para reforçar nossa discussão.

⁵ Termo em desenvolvimento por Juan Chacón (2017) durante a discussão da temática deste trabalho.

universal, estende a sua epistemologia para todos os contextos socioculturais. Essas razões periféricas possibilitariam uma melhor tradução dos conhecimentos abordados em diferentes matrizes culturais, conseqüentemente, uma eficiente compreensão e intercâmbio de experiências num possível mundo melhor.

Acreditamos que o nosso exercício de pensamento, no breve espaço deste texto, discute o problema da alienação social como resultado da tradução impositiva de monopráticas e monosaberes culturais (QUIJANO, 2014). E, desse ponto, podemos observar como surgem os conflitos sociais na América Latina, na possibilidade de argumentar a prática de alter-nativar a tradução, atribuindo-lhe ao seu estado de objeto passivo características de corporificação e entextualizações próprias das culturas latino-americanas. Assim, o ideal universalista que concebe o ocidente precisa ser contestado para que possamos olhar aquilo que o sustenta e se encontra como ausente em nossos valores e relações cotidianas.

O ato de traduzir é historicamente uma forma de entender o mundo conforme a compreensão linguística, uma forma diretamente conhecida é a forma que constitui a história e de como ficamos sabendo de outros povos antes de nos. Isto é, o processo histórico em sua base é uma tradução para o projeto colonial (MIGNOLO, 2003) em que dadas pessoas autorizadas podem relatar e escrever sobre suas experiências para outras pessoas. A questão nesse processo se volta para o porquê, o como e quem está autorizado a contar a história tida como oficial de um povo, como ocorreu e ocorre na história da América Latina, pois é uma ação ideológica com interesses de dominação, já que quem está legitimado a falar não são aqueles que foram subalternizados e violentados, e quem sua história apagada/silenciada, mas sim os que se jugam salvadores e intelectuais.

A hierarquização das diferenças passa por essa tida história oficial contada pelos opressores como forma de justificar a violência e o considerado progresso da nação, algo que acontece mais ou menos desde 1492 quando o “descobrimento” das américas pelos europeus traz junto a classificação social, principalmente, racial como forma de

modernidade. Esse momento conhecido como colonizador em que o eurocentrismo passa a ser imposto como a única forma de vida prega a colonialidade do poder e do saber, do território físico e subjetivo das pessoas, a fim de exercer o poder de padronizar para o comportamento heterossexual, branco, cristão, europeu, escolarizado, de poder econômico. Essas características passam a ser tidas, entextualizada, se tornam textos e práticas simbólicas, e recontextualizadas, passam a ser inteligíveis como inteligíveis, como a forma de vida válida, que pode viver e interferir na sociedade se perpetuando por uma tradução que sempre atualiza a colonialidade como a percepção verdadeira do mundo e despreza outras possibilidades alter-nativas, locais, das diferenças, das experiências vividas.

A tradução é o procedimento que permite criar inteligibilidade recíproca entre as experiências do mundo, tanto as disponíveis como as possíveis ... [...] As experiências do mundo são vistas em momentos diferentes do trabalho de tradução como totalidades ou partes e como realidades que se não esgotam nessas totalidades ou partes (SOUSA SANTOS, 2002, p. 15/16).

A forma que conhecemos a história, as formas simbólicas, são atos de compor uma realidade que não pode ser tida como absoluta, mas como mais uma maneira de fazer realidades e interpretá-las. E somos conduzidos politicamente a escolher formas de interpretação que objetivamos nas interações conforme nossa trajetória, induzindo tensões discursivas e simbólicas a respeito de quem somos e o que fazemos com o que fizeram conosco. Assim, “a atividade reflexiva [...] está presente também nas ações sociointeracionais do cotidiano, na medida em que os interactantes assumem a responsabilidade de sinalizar como devem ser interpretadas as formas que produzem e também como estão interpretando/avaliando as produzidas por outrem” (SIGNORINI, 2008, p. 121).

O que converge em mais do que uma prática linguística e de transposição de uma língua para outra, a tradução é política, pois é uma visão de um sujeito que parte de um lugar de vida autorizado a traduzir e interpretar para realizar tal ato que passa a ser mais do que

textual, é uma tradução social que configura uma perspectiva da realidade e do que possa ser fato. Uma das consequências desse ato, que realizamos o tempo todo em nossas relações a partir da construção de sentidos, é os genocídios de vidas negras no Brasil. Em que a padronização de um sujeito universal hierarquiza quem pode viver ou não, quais vidas são importantes ao poder ou são ameaças a ele. Assim, extermínio, encarceramento, estupros, marginalização, analfabetismo, são tidos como palavras que fazem parte da maior parte da população do Brasil, a negra, ainda silenciada pelo mito da democracia racial e da integração subordinada aos espaços de prestígio, por serem traduzidos como sujeitos fora da história homogênea do Brasil. Uma tradução que apaga a diáspora forçada e as trajetórias de rainhas, reis e guerreirxs antes da escravização de seus corpos.

Referências

- FREITAS, Henrique. *O arco e a arkhé. Ensaios sobre literatura e cultura*. Salvador: OGUMS Toques Negros, 2016.
- LANDER, Edgardo. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Tradução Carlos Walter Porto-Gonçalves. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- MIGNOLO, Walter. *Histórias locais/projetos globais. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Tradução Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- MOCTEZUMA, Eduardo, ¿Fue traidora la Malinche? *Revista Arqueología Mexicana*, nº115, pp. 88-89.
- NAVARRETE, Julio. *América Latina, modernidad y conocimiento. El desarrollo de otro discurso epistémico*. Lima: Fondo Editorial UNMSM, 2016.
- QUIJANO, Aníbal. *Des/colonialidad y bien vivir. Un nuevo debate en América Latina*. Lima: Editorial Universitaria Ricardo Palma, 2014.
- ROJAS, I. *La expansión del Quechua*. Lima: Ediciones Signo, 1980.
- SOUSA SANTOS, Boaventura. *Por uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências*. In: *Revista crítica de Ciências Sociais*, nº 63, 2002. Disponível em: <http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Sociologia_das_ausencias_RCCS63.PDF>.
- SIGNORINI, Inês. *Metapragmáticas da língua em uso: unidades e níveis de análise*. In:

Anais Eletrônicos do Congresso Epistemologias do Sul
v. 2, n. 1, 2018.

_____. (Org.). Situar a linguagem. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.p. 117-148.
SPIVAK, Gayatri. *¿Puede hablar el sujeto subalterno?* Traducido por José Amícola. *Orbius Tertius*, 3 (6), 175-235. En *Memoria Académica*. Disponível em <http://www.fuentesmemoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.2732/pr.2732.pdf>.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. Tradução Beatriz Perrone-Moisés. 3ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2003.